

LEGISLATIVO

Câmara conclui votação em segundo turno e Senado deu aval às mudanças promovidas pelos deputados. Presidentes das duas Casas validaram medida que entra em vigor hoje

CONGRESSO PROMULGA PEC DA TRANSIÇÃO

Taisa Medeiros e Henrique Lessa

O Senado Federal aprovou, na noite de ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, ou PEC do Bolsa-Família, em dois turnos. O texto voltou à Casa por conta das alterações realizadas na Câmara dos Deputados durante a tramitação. A principal mudança foi a redução do tempo de duração da proposta, de dois anos para um ano. O primeiro e segundo turnos da votação tiveram o mesmo placar, de 63 a 11.

Ainda na noite de ontem, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, promulgaram o texto. Por se tratar de uma PEC, não é necessário passar pela sanção presidencial. A proposta prevê liberação de R\$ 145 bilhões acima do teto de gastos, a utilização de receitas extraordinárias de até R\$ 239 bilhões em investimentos e ainda o uso de recursos paralisados há mais de 20 anos no PIS/Pasep e que somam cerca de R\$ 246 bilhões.

O relator da proposta na Casa, senador Alexandre Silveira (PSD-MG), concedeu parecer favorável ao texto vindo da Câmara. "Quanto ao mérito, nos posicionamos pela aprovação da matéria, com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados no sentido de adequar o arcabouço constitucional do orçamento público à recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)", detalhou o senador, em plenário.

Por conta da decisão do STF que tornou inconstitucionais as chamadas emendas de relator (RE), dois dispositivos foram incluídos no texto, para especificar a destinação dos recursos equivalentes a R\$ 19,4 bilhões, referentes ao chamado orçamento secreto. O montante foi destinado, pela metade, às emendas individuais, com ajustes nas regras de distribuição entre deputados e senadores, e



No Senado, as alterações feitas pelos parlamentares foram aprovadas em duas votações por 63 votos a favor e 11 contrários à proposta

a outra metade encaminhada, por meio do texto da PEC, com o indicador de Resultado Primário 2 (RP2), destinando recursos para ações voltadas à execução de políticas públicas.

TRAMITAÇÃO No Senado, duas emendas chegaram a ser protocoladas, porém não obtiveram o número mínimo de subscretores. Assim como na Câmara, a votação ocorreu por quórum qualificado da matéria em dois turnos. Antes da votação no Senado, o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), informou, à imprensa, sobre os próximos passos para a consolidação do Orçamento de 2023.

"Amanhã (hoje) pela manhã o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Celso Sabino (União-PA), convocou a

comissão para as 10h. Amanhã (hoje) será nosso último dia. Esperamos votar na comissão pela manhã e, muito provavelmente à tarde, votar no Congresso Nacional", para o senador. Segundo Castro, o Orçamento enviado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) era "inecúvivo". "Agora temos um Orçamento razoável, que recompõe várias questões orçamentárias que estavam deficitárias", frisou.

A votação dos deputados também foi finalizada ontem. O placar foi de 331 votos a favor e 163 votos contrários em segundo turno. O texto do relator Elmar Nascimento (União-PA) foi aprovado sem destaques – sugestões de Plenário no texto –, mas recebeu alterações no relatório aprovado pelos senadores na semana passada. Na terça-feira, por 331 a 168, a proposta

foi aprovada em primeiro turno pelos deputados, que reduziram de dois para um ano o valor acima do teto de gastos e incluíram a destinação dos recursos do orçamento secreto.

HADDAD VÊ COALIZÃO A aprovação da PEC da Transição em segundo turno na Câmara dos Deputados, ontem, foi comemorada pelos petistas. Para Fernando Haddad, futuro ministro da Fazenda, a aprovação mostra a coesão da frente ampla construída ao redor da candidatura do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "A extrema-direita ficou restrita a 130 votos, isso é uma demonstração que o que nós chamamos de frente ampla está funcionando", disse o petista. "Nós estamos procurando manter essa coalizão de forças alinhadas em torno de

um projeto de desenvolvimento com justiça social, procurando isolar o extremismo que tanto mal fez ao país", disse o futuro ministro.

Outro ponto comemorado por Haddad é a desconstitucionalização do novo arcabouço fiscal, que deve ser apresentado ao Congresso até a metade de 2023. Segundo Haddad, a PEC da Transição é fundamental para garantir o orçamento público para 2023. A aprovação é necessária para "atender aos contratos firmados e manter a neutralidade fiscal". Ele resalta que o novo governo não tem nenhuma intenção de expandir o gasto fiscal. Segundo o petista, a neutralidade fiscal foi elaborada no gabinete de transição pelos economistas Pérsio Arida, André Lara Rezende, Nelson Barbosa e Guilherme Mello.

66

Nós estamos procurando manter essa coalizão de forças alinhadas em torno de um projeto de desenvolvimento com justiça social procurando isolar o extremismo que tanto mal fez ao país"

Fernando Haddad, futuro ministro do Fozelano

Para Haddad, a redução do prazo da PEC não é negativa. "Não chega a ser negativo, pois nós queremos antecipar a renúncia da lei complementar ao Congresso". Para o futuro ministro, a única mudança é que o tempo para a elaboração da proposta de anexo fiscal será menor. E diz que essa nova regra precisa ser sólida para durar muitos anos. "Não é uma questão ideológica, é uma questão matemática", disse Haddad. "Eu pretendo mandar para o Congresso, ainda no primeiro semestre do ano que vem, para dar tempo ao Congresso de ter ao menos seis meses para se debater sobre o tema. Mas eu quero encaminhar uma coisa robusta, que estabeleça as contas públicas e que seja confiável, que seja célere e que seja cumprida."

Deputados dão reajuste para ministros do STF

João Gabriel e César Fritzsche*

Após aprovar o aumento salarial para o presidente e parlamentares, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o aumento também para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, nos últimos dias da atual legislatura, às vésperas da troca de governo e enquanto o foco das atenções está na votação da PEC da Transição e na construção do novo Orçamento, o Congresso avança um pacote de medidas para fazer com que todo o alto escalão do poder público passe a receber R\$ 46,4 mil mensais.

O reajuste aos ministros do Supremo era necessário, justamente, para destravar o aumento também para os congressistas, uma vez que é o pagamento à cúpula do STF que determina o teto de gastos do funcionalismo público. Além disso, o aumento para a corte tem efeito cascata, uma vez

que também causa o reajuste nos tribunais de instâncias inferiores e estaduais. Atualmente, o subsídio aos ministros do STF é de R\$ 39,3 mil, mas passará para R\$ 46,4 mil – escalonado em quatro parcelas, até 2024 – caso o texto também seja aprovado pelo Senado Federal.

Antes, na terça-feira, tanto a Câmara quanto o Senado aprovaram o projeto que reajusta os salários de parlamentares, do presidente do vice-presidente e dos ministros de Estado para o mesmo valor, em quatro parcelas até 2025. Dessa forma, o salário do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vai aumentar 50%, com o contracheque de R\$ 309 mil para R\$ 464 mil. O aumento também contempla o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e os ministros de Estado.

Atualmente, senadores e deputados ganham R\$ 337 mil. Isso significa que enquanto o reajuste do STF é de 18%, parlamenta-



Deputados aprovaram aumento dos vencimentos dos ministros do STF para R\$ 46,4 mil mensais e aumento para os servidores do Legislativo

res receberão mais de 37% a mais no fim do período. O último reajuste salarial feito a ministros do STF ocorreu em 2015. Desde então, a inflação acumulada medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 44,5%, segundo o Banco Central. Já o último aumento para o Congresso e o Executivo foi em 2014, no fim da legislatura, e desde então a inflação somou 59%. O impacto total das propos-

tas de reajuste, já em 2023, é de pelo menos R\$ 25 bilhões – valor que já está previsto no Orçamento do próximo ano, de acordo com áreas técnicas do Congresso.

SERVIDORES No pacote de reajustes, o Congresso também aprovou o aumento de 19% para os servidores do Senado e da Câmara. Os deputados também aprovaram reajustes para servidores do Tribunal de Con-

tas da União (TCU) e da Defensoria Pública da União (DPU), e para os defensores do órgão. O conjunto de propostas de reajustes começou a tramitar apenas na terça, mas vem avançando rapidamente tanto na Câmara quanto no Senado, apenas com resistência, em geral, de Psol e do Novo.

Para os servidores do Executivo, no entanto, não foi apresentada proposta, pelo menos por

enquanto, em que pese o projeto de Orçamento de 2023 prever também espaço para essa mudança. Todas essas propostas seguem o movimento do Judiciário, encabeçada pelo STF, cujo salário determina o teto de remuneração do serviço público. O reajuste dos ministros da corte foi, primeiro, aprovado pelo próprio STF, em agosto. Na ocasião, os 11 ministros da corte decidiram em seu favor. (*Folhapress)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3